

A América independente

Abertura

Você já reparou que, de vez em quando, parece que tudo acontece ao mesmo tempo na nossa vida? Algumas vezes, dá tudo errado. Nessas horas, é comum ouvirmos que “um problema puxa o outro”, ou, como dizem no Nordeste brasileiro, “além de queda, coice”. Outras vezes, ocorre exatamente o contrário: dá tudo certo. Em todos esses momentos, temos a impressão que estamos vivendo em outro ritmo, muito mais acelerado. Na História, também há momentos em que muita coisa acontece, e muda, com uma velocidade impressionante.

Nesta aula, vamos estudar um desses momentos. Em pouco mais de duas décadas, três séculos de colonização espanhola e portuguesa caíram por terra na América. Surgia a **América independente**.

Movimento

República pernambucana

Na aula anterior, nossa atenção se voltou para o significado da presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Vimos como a elevação da colônia à categoria de Reino Unido a Portugal fez com que o projeto de formação de um império luso-brasileiro com sede na “nova Lisboa” ganhasse força. Esse projeto reconhecia algo que já estava ocorrendo havia algum tempo: a **inversão brasileira**, ou seja, o fato de que a colônia havia se transformado na metrópole do império português.

A **fusão** de interesses portugueses e brasileiros, entretanto, não ocorria em todo o reino do Brasil. No Nordeste, a situação era muito diferente. Em Pernambuco, no ano de 1817, explodiu um forte movimento regional de contestação à política joanina. Foram muitas as motivações daquele movimento, que foi chamado de **Insurreição Pernambucana**.

Na província de Pernambuco, e em boa parte do Nordeste, havia um forte sentimento antilusitano. Isso, em parte, era explicado pelo fato de os portugueses dominarem o comércio varejista e ocuparem importantes postos militares. O aumento dos impostos para manter a Corte no Rio de Janeiro também era motivo de descontentamento naquele momento de crise das lavouras de exportação, especialmente açúcar e algodão. A circulação e o comércio enfrentavam ainda sérios problemas em razão das restrições da legislação portuguesa.

Um dos principais locais de discussão de todos esses problemas eram as **casas maçônicas**, que reuniam diferentes setores das elites pernambucanas.

As casas maçônicas – havia quatro apenas em Pernambuco – eram sociedades secretas que difundiam os ideais liberais. Em reuniões geralmente regadas a aguardente nacional (excluía-se deliberadamente o vinho europeu), combatia-se a tirania real e faziam-se planos para a derrubada do governo local.

E foi isso o que ocorreu em março de 1817. Foi deposto o governador Caetano Montenegro, e instalou-se um governo provisório em Recife. Entre os líderes rebeldes havia comerciantes, fazendeiros, militares e padres. O movimento contou com a rápida adesão de outras províncias nordestinas: Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Até aquele momento, era a **mais importante rebelião já ocorrida em terras brasileiras contra o domínio português**.

Alcançado o poder, o governo provisório de Pernambuco tratou de estabelecer uma nova ordem legal. A **república** foi proclamada. Foram asseguradas a tolerância religiosa, a liberdade de consciência e a igualdade de direitos. Os estrangeiros que aderiam ao chamado **“partido da regeneração e da liberdade”** eram considerados **“patriotas”**. Além disso, aumentou-se o soldo da tropa e eliminaram-se alguns impostos. Garantiu-se a propriedade e manteve-se a escravidão africana.



Recife, no início do século XIX (1817), foi palco da Insurreição Pernambucana.

Para expressar a mudança, nada como uma nova linguagem. Buscava-se romper com as antigas hierarquias por meio de um novo vocabulário que ressaltasse a igualdade entre os homens. A fonte de inspiração era a Revolução Francesa. Veja o que nos conta Tollenare, um cronista francês que acompanhou todas essas mudanças:

Em lugar de “Vossa mercê”, diz-se “Vós”, simplesmente; em lugar de Senhor é-se interpretado pela palavra Patriota, o que equivale a cidadão e ao tratamento de tu [...] As Cruzes de Cristo e outras condecorações reais abandonam as botoeiras; fez-se desaparecer as armas e os retratos do rei.

Citado por Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, p. 49-50

A expansão do movimento por outras províncias alimentou a idéia de criação, no Nordeste, de uma república em moldes **federativos**, como já ocorria nos Estados Unidos da América (EUA). Na federação, **cada Estado possui uma ampla autonomia perante o poder central**. Pensou-se, inclusive, na construção de uma capital para esse novo país. Tudo isso, no entanto, durou muito pouco. A repressão organizada pelo governo joanino foi eficaz e, em maio, a revolução já havia sido derrotada em todo o Nordeste.

Em tempo

Mas não bastava a derrota militar. O movimento havia tomado uma dimensão que inquietara o governo. Era importante reafirmar o controle sobre a região. Daí a necessidade de uma repressão exemplar: esquadrejamentos, fuzilamentos e prisões.

Apesar disso, **o clima revolucionário em Pernambuco não se esgotou em 1817**. Vários líderes da insurreição, mais tarde libertados e anistiados, iriam ter um importante papel nas lutas pela ruptura política com Portugal e em outro grande movimento de caráter republicano: a Confederação do Equador (1824).

Esse fato pode ser explicado, entre outras coisas, pelo avanço de uma consciência antilusitana na província, difundida especialmente por uma instituição que formava parte da elite pernambucana: o **Seminário de Olinda**, também chamado de “ninho de idéias liberais”. Ocorria o que o historiador Carlos Guilherme Motta denominou a “**descolonização das consciências**”.

Ainda em 1817, o sonho da República pernambucana, ou nordestina, foi desfeito. Mas, em grande parte da América, naquele mesmo momento, o sonho republicano estava virando realidade, como veremos, com a ajuda de alguns revolucionários de 1817.

Repúblicas americanas

O trabalho do historiador, como você tem visto, é baseado em fontes históricas. Em todas as nossas aulas, você vem tomando contato com algumas delas. Mas não basta reunir um grande número de fontes para, então, escrever História. O fundamental do trabalho do historiador é obter e reunir fontes para **responder a uma determinada questão, a um determinado problema**. Senão, a História seria simplesmente uma mera reunião de dados. Além disso, as questões que o historiador procura responder estão, em geral, relacionadas com as preocupações do seu próprio tempo.

Imagine-se, agora, tendo de escrever a história da independência da América Espanhola. Se você quisesse escrever sobre tudo, certamente seria soterrado pelas fontes. Existem milhares delas. Além disso, a independência, apesar de ter sido um processo interligado, teve características particulares em cada colônia. Como sair dessa? Há apenas dois caminhos: ou escolher um caso que sirva de modelo ou partir para explicações de natureza geral. Qual você escolheria?

Depende, é claro, das questões que você deseja responder. Nossa preocupação central, nesta aula, é tentar compreender por que a América seguiu o **caminho da república** e não o da monarquia, como o Brasil. Ora, como esse fenômeno foi geral, a melhor estratégia será escolher a segunda das opções propostas. Você não faria o mesmo?

Em aulas anteriores, já estudamos que as principais características da América Espanhola foram a utilização do trabalho compulsório indígena e o rígido controle do comércio externo das colônias (ver Aula 7).

No século XVIII, essa situação começou a se modificar. O exclusivo comercial foi sendo gradativamente superado, seja por pressões de outras potências européias em busca de mercados, seja por necessidades da própria metrópole, que se mostrava incapaz de abastecer e manter seu enorme império colonial. Isso significou a extinção do sistema de portos únicos e um maior intercâmbio comercial entre as próprias colônias. A situação política, no entanto, manteve-se inalterada: os principais cargos administrativos continuavam nas mãos dos espanhóis.

Como na América Portuguesa, as elites nativas da América Espanhola (os chamados *criollos*) começaram a se afastar cada vez mais dos interesses metropolitanos no final do século XVIII. Por outro lado, a **independência dos Estados Unidos**, a **Revolução Francesa** e o **avanço do liberalismo** abriram-lhes novas possibilidades de atuação. Não havia, no entanto, nenhum elemento que reunisse os diferentes interesses das elites *criollas* – que, quando muito, expressavam seu descontentamento por meio de movimentos de caráter regional.

Foram as mudanças na conjuntura externa, ou seja, os graves conflitos internos vividos pela Espanha entre 1807 e 1815, que modificaram substancialmente a dinâmica das lutas pela independência na América Espanhola. A intervenção direta de Napoleão Bonaparte na política espanhola, que culminou na escolha de seu irmão José Bonaparte para o trono da Espanha, em 1810, desencadeou uma violenta reação de setores da sociedade espanhola vinculados à dinastia Bourbon, derrubada pelo imperador francês.

As repercussões no mundo colonial foram imediatas. Ainda em 1810, em diversas colônias foram organizadas juntas governativas com o intuito de assegurar a liberdade comercial e a autonomia administrativa. A situação, no entanto, estava longe de ser resolvida. Um dos motivos era a atitude **ambígua** de parte significativa das lideranças *criollas*, que oscilavam entre a defesa da dinastia espanhola deposta por Napoleão Bonaparte e a ampliação da luta para confirmar a separação do império espanhol.

Esse **duplo jogo político** permaneceu, em grande parte da América Espanhola, pelo menos até os anos de 1814-1815. E contribuiu para que a Coroa espanhola – novamente sob o domínio da dinastia Bourbon, após a queda de Napoleão – retomasse o controle de grande parte de seus domínios americanos por volta de 1815-1816.

As derrotas militares alertaram as lideranças *criollas* para a importância de definir com maior clareza os rumos da luta pela independência. Entre aqueles que se preocupavam em produzir uma estratégia que pudesse reunir diferentes setores sociais e políticos estava o líder *criollo* **Simón Bolívar**. Em seus escritos, ele defendia o princípio da **autodeterminação** da América. Dizia ele, no ano de 1815, que “esta metade do globo pertence a quem Deus fez nascer em seu solo”. Para Bolívar, havia uma unidade americana que ultrapassava classes, cor ou raça:



Simón Bolívar

Estamos autorizados, desse modo, a crer que todos os filhos da América Espanhola, quaisquer que sejam sua cor e condição, estão ligados por um afeto fraternal e recíproco, que nenhuma maquinação poderá alterar. (...) Até o presente, admira-se a mais perfeita harmonia entre os que nasceram neste solo, no que diz respeito à nossa questão; não é de se temer que no futuro aconteça o contrário, porque então a ordem estará estabelecida (...). Equilibrada como está a população americana, seja pelo número, pelas circunstâncias, seja, enfim, pelo irresistível império do espírito, por que motivo não se poderão estabelecer novos governos nesta metade do mundo?

Simón Bolívar, Escritos políticos, p. 78

Em suas palavras, Bolívar fazia questão de não mencionar os históricos conflitos sociais e raciais existentes na América Espanhola. O momento agora era de unidade política. Portanto, era preciso envolver toda a **América**, do indígena ao *criollo*, na luta pela libertação.

Bolívar era também um árduo defensor da república. Acreditava que o melhor caminho da América Espanhola era a formação de pequenas repúblicas. O que distinguia as pequenas repúblicas era a conservação das suas fronteiras e a sua **permanência**, ao contrário dos grandes impérios, propensos à **expansão territorial, à decadência e à tirania**.

Muito diferente, afirmava Bolívar, era a política de um rei,

(...) cuja inclinação constante se dirige para o aumento das suas possessões, riquezas e poderes: com razão, porque sua autoridade cresce com essas aquisições, tanto em relação a seus vizinhos como a seus próprios vassallos, que nele temem um poder tão formidável quanto seu império (...). Portanto isso penso que os americanos, desejosos de paz, ciência, artes, comércio e agricultura, prefeririam as repúblicas aos reinos (...)

Simón Bolívar, Escritos políticos, p. 68-69

A crítica de Bolívar tinha endereço certo: as monarquias européias, especialmente a espanhola. Mas também pode ser interpretada como um recado a algumas lideranças *criollas* que insistiam na defesa do regime monárquico na América. Segundo ele, a monarquia não traria, como se dizia, a tranqüilidade política, e sim a **guerra** entre as nascentes nações americanas. A formação de pequenas repúblicas poderia acomodar melhor os diferentes interesses das elites *criollas*.

Em 1816, após um breve exílio na Jamaica e no Haiti, Bolívar voltou à Venezuela para liderar a luta pela independência em grande parte do norte da América Espanhola. Em seus exércitos havia soldados ingleses, irlandeses e até brasileiros, que tinham participado da Insurreição Pernambucana de 1817. Um desses brasileiros, **José Inácio de Abreu e Lima**, tornou-se importante liderança militar no exército do líder *criollo*.

Enquanto Bolívar obtinha vitórias no norte, **San Martín**, outra importante liderança *criolla*, libertava do domínio espanhol a Argentina e o Chile. O maior problema para os exércitos rebeldes era a conquista do Vice-Reino do Peru, fortaleza do domínio espanhol na América. Tal feito só foi alcançado em 1825, sob a liderança de Bolívar. Àquela altura, San Martín já havia se afastado da luta, por discordar das idéias republicanas de Bolívar.

Estava extinto, assim, na América do Sul, o império espanhol. O projeto de Bolívar de formação de pequenas repúblicas havia sido implantado em praticamente todo o continente. Mas uma parte importante desse projeto não teve condições de se concretizar: Bolívar sonhava também com uma **América unida**, com uma **confederação Americana**. Nesse ponto, o general vitorioso em tantas batalhas sofreu uma importante derrota. Provavelmente não percebeu que, para as lideranças *criollas*, o que interessava agora era “arrumar a casa”, isto é, formar em cada nova república o Estado nacional.

Será que conseguiriam? Deixemos para depois essa questão. Tratemos de voltar para as terras brasileiras, ou melhor, para a América que estava começando a deixar de ser portuguesa....

Pausa

Releia a aula e explique de que forma Simón Bolívar defendia o regime republicano.

As revoluções não estavam ocorrendo apenas na América Espanhola. Na Europa, novos movimentos revolucionários eclodiram no ano de 1820. Lutava-se contra o absolutismo monárquico. A onda revolucionária atingiu também a península Ibérica. Em Portugal, o movimento vitorioso desencadeado na cidade do Porto defendia a elaboração de uma **Constituição** para o país, e exigia o **imediate retorno** de d. João VI.

A reação inicial de d. João VI foi permanecer no Reino do Brasil e acompanhar os acontecimentos. Afinal, seu retorno imediato significaria reconhecer o poder das Cortes portuguesas, o órgão encarregado de elaborar uma Constituição para o país. O rei português tinha consciência de que sua volta poderia representar o fim do seu poder absoluto em Portugal. As Cortes exigiam que ele aceitasse e respeitasse a futura Constituição.



O príncipe d. Pedro

Por mais que d. João tentasse adiar sua decisão, as pressões foram maiores que o seu desejo de permanecer em terras brasileiras. Em abril de 1821, oito meses após a eclosão do movimento conhecido como **Revolução do Porto**, d. João VI retornou a Portugal. Mas deixou aqui seu filho e herdeiro: o príncipe d. Pedro.

A revolução em Portugal foi muito bem recebida por militares e comerciantes portugueses sediados no Reino do Brasil. Era a possibilidade de se decretar o término da concorrência estrangeira, com o **restabelecimento**

do pacto colonial e do **exclusivo comercial**. Já os grupos que haviam sido beneficiados pela política de d. João de concessão de títulos, empregos e terras mostravam-se contrários ao retorno da família real para Lisboa. Temiam perder seus privilégios e seu poder, com uma possível **recolonização**. Isso poderia significar, também, o fim da política de abertura econômica iniciada com a abertura dos portos brasileiros.

O retorno de d. João VI representou uma importante derrota desses grupos. E agora? Que caminho seguir? Como garantir a relativa autonomia administrativa, política e econômica obtida com a presença de d. João VI em terras brasileiras? Quais eram as alternativas?

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, as opções eram apenas duas: manter a união com Portugal ou partir para a independência. Em favor da primeira solução,

argumentava-se que ambos os países eram fracos para enfrentar o jogo duro da política internacional da época (...). Sem o apoio de um país europeu, o Brasil ficaria exposto aos perigos da fragmentação e das guerras civis, a exemplo do que ocorrera na América Espanhola (...). (...) A união dos dois países em bases iguais seria, assim, benéfica para ambos os lados. Esta era uma posição que agradava a membros da elite brasileira integrados ao sistema administrativo colonial e aos portugueses já presos ao Brasil por laços econômicos e familiares.

José Murilo de Carvalho, A monarquia brasileira, p. 17

Essa orientação, no entanto, logo foi superada pelos acontecimentos. As Cortes portuguesas resolveram partir para a radicalização. Exigiam o imediato retorno do príncipe d. Pedro. Como este se recusava a atender às exigências, iniciou-se um processo de esvaziamento de sua autoridade.

Não restava alternativa, portanto, senão partir para o confronto aberto: para a independência. Mas que independência seria essa? Independência com república, nos moldes da América hispânica, ou uma independência que preservasse a tradição monárquica?

O projeto republicano não vingou. Era visto com enorme desconfiança por setores expressivos das elites políticas, especialmente aqueles com base no Rio de Janeiro.

Um dos seus maiores opositores era o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, que via na república o caminho mais curto para a anarquia e a fragmentação política, como estava ocorrendo na América Espanhola independente. A **unidade política** deveria ser preservada pela monarquia.

Em tempo

Os escritos de José Bonifácio foram muito além da defesa da monarquia, como nos conta a historiadora Emília Viotti da Costa. Em 1821, em trabalho a ele atribuído, denominado *Lembranças e apontamentos*, o professor, cientista e burocrata Bonifácio

falava na criação de colégios e de uma universidade, sugeria a fundação de uma “cidade central no interior do país” com o fito de desenvolver o povoamento, (...) apresentava sugestões sobre o tratamento dos índios (...); pleiteava enfim a igualdade de direitos políticos e civis. Defendia ainda a necessidade de emancipar os escravos gradualmente e [sugeria] uma política de terras que impedisse a concentração de terras nas mãos de alguns, (...) recomendando que todas as terras doadas que não se achassem cultivadas fossem reintegradas à massa de bens nacionais.

Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, p. 56

José Bonifácio



Das palavras, José Bonifácio partiu para a ação. Em janeiro de 1822, teve importante participação no **Dia do Fico** – episódio em que o príncipe d. Pedro resolveu permanecer no Brasil, apesar das pressões portuguesas. Logo depois, tornou-se ministro de d. Pedro e esteve no centro dos acontecimentos até a proclamação da independência, em 7 de setembro daquele mesmo ano.

Sua estratégia foi isolar e reprimir tanto setores portugueses contrários à independência (os chamados **pés-de-chumbo**) como aqueles grupos liberais que, apesar de reconhecer a importância da participação de d. Pedro na luta pela autonomia política, exigiam que o poder do príncipe fosse limitado por uma Constituição. Eram os chamados **democratas**. Bonifácio temia que essas propostas afastassem do movimento o príncipe e membros do **Apostolado**, sociedade secreta que reunia importantes fazendeiros e políticos de projeção.

Como as Cortes portuguesas trataram de partir para o confronto direto, retirando do controle do príncipe o poder sobre várias províncias brasileiras, Bonifácio e o Apostolado, com o apoio dos **democratas**, pressionaram d. Pedro. Este, finalmente,



Aclamação de d. Pedro.

resolveu promover a ruptura, proclamando a independência brasileira. Três meses depois, em dezembro, d. Pedro era aclamado imperador e defensor perpétuo do Brasil. Começava a história do Império brasileiro.

Em viagem pelo Brasil, entre os anos de 1816 e 1818, o cronista francês Tollenare observava o quanto era difícil [para d. João] ser ao mesmo tempo rei de Portugal e do Brasil e agir paternalmente para com os dois povos que tinham interesses opostos. “Um, dizia ele, não pode viver sem o monopólio, o progresso do outro exige sua supressão.” (Citado por Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, p.36-37)

Escreva um pequeno texto comentando as afirmativas de Tollenare.

Você, que acompanhou atentamente esta aula, percebeu que a independência na América passou por diferentes caminhos.

O caminho republicano, tentado no Nordeste brasileiro em 1817, foi consagrado na América Espanhola. A república norte-americana havia sido o principal modelo seguido.

Já na América Portuguesa, optou-se pela trilha da monarquia constitucional. A Europa era ainda a nossa fonte de inspiração.

Apesar dessas diferenças, todos os novos países americanos iriam enfrentar desafios semelhantes: a construção do Estado, a manutenção da ordem social e a estabilização econômica.

Nas próximas aulas, vamos estudar como o Império do Brasil enfrentou essas e outras questões.

Exercício 1

Releia o item **República pernambucana**. Identifique as principais mudanças na ordem legal estabelecidas pelo movimento revolucionário que, em 1817, instituiu uma república em Pernambuco.

Exercício 2

Releia o item **Império do Brasil** e explique por que José Bonifácio combatia a forma republicana de governo.

Pausa

Últimas palavras

Exercícios